



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Meleiro

LEI Nº 1.817/2019 DE 17 DE OUTUBRO DE 2019

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A INSTITUIR O AUXÍLIO FEIRA DA AGRICULTURA FAMILIAR (TICKET-FEIRA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MELEIRO, Eder Mattos, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores de Meleiro/SC, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1. Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a instituir o Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Ticket-Feira), que será fornecido aos servidores públicos municipais ativos, sem ônus, para ser utilizado na aquisição de produtos oriundos da agricultura familiar através da Feira da Agricultura Familiar do Município de Meleiro.

§1º. O Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Ticket-Feira) destina-se à complementação alimentar dos servidores públicos municipais.

§ 2º. O Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Ticket-Feira) será devido mensalmente, ressalvados os casos previstos nesta Lei e na sua regulamentação.

§ 3º. O prazo de concessão do auxílio criado por esta Lei será regulamentado por ato próprio do Prefeito Municipal.

§ 4º. Cada Ticket-Feira terá validade de 60 (sessenta) dias.

§ 5º. O valor mensal do Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Ticket-Feira) é de R\$ 15,00 (quinze reais).



ESTADO DE SANTA CATARINA
Município de Meleiro

Parágrafo Único. O valor referido no caput deste artigo poderá ser reajustado ou aumentado periodicamente por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º. Terão direito aos benefícios do Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Ticket-Feira) os servidores da administração direta, indireta e autarquias, do Município e os servidores do Poder Legislativo Municipal.

Parágrafo Único. Os casos em que o servidor perderá direito ao Auxílio Feira da Agricultura Familiar (Ticket-Feira) serão regulamentados por ato próprio do Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º. O benefício instituído por esta Lei:

- I – tem natureza indenizatória;
- II – não tem natureza salarial ou remuneratória;
- III – não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;
- IV – não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;
- V – não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;
- VI – não configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 4º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município de Meleiro, no elemento de despesa 3.3.9.0.46.

Art. 5º. A presente Lei será regulamentada através de Decreto emanado do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 17 de outubro de 2019.

Eder Mattos
Prefeito Municipal